

APOSTILA DE **HISTÓRIA ORAL**



Fonte: <http://oralidadeafricana.blogspot.com/2016/11/sou-estudante-de-pedagogia-4-periodo-da.html>

PROF. LEONARDO SOARES DOS SANTOS
DEPTº HISTÓRIA/UFF - CAMPOS DOS GOYTACAZES

E-MAIL: LEONARDO_DOS@ID.UFF.BR
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9434859110436133>

CAMPOS DOS GOYTACAZES
2023

História Oral

Textos, conceitos e questões essenciais

1º	DEFINIÇÃO O que é história oral? (https://citaliarestauro.com/o-que-e-historia-oral/)
2º	História Oral no mundo Textos: 1) Paul Thompson. História oral e contemporaneidade. (https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47/39) 2) DUNAWAY, David King. O Desenvolvimento da história oral nos Estados Unidos: a evolução rumo à interdisciplinaridade. (http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/14336/9417) 3) Alessandro Portelli. História oral italiana: raízes de um paradoxo. (http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/2210/1706)
3º	História Oral no Brasil Texto: 1) Aspásia Camargo a Maria Celina D'Araujo. Como a História Oral chegou ao Brasil. (http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=download&path%5B%5D=15&path%5B%5D=79) 2) Leandro Seawright. Um passeio pela História Oral. (https://www.cafehistoria.com.br/historia-oral-entrevista/?fbclid=IwAR33STByvAU9tLTGbLAE5ykSYzxRZ34tF9t-J2J8NI9UWVjVYIBuh69z8)
4º	História Oral: questões teóricas e metodológicas Texto: 1) Maria de Lourdes Monaco Janotti. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates (http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=126&path%5B%5D=132) 2) Joana Aparecida Fernandes Silva, Giovani José da Silva. História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. (http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=129&path%5B%5D=125)
5º	Conceitos fundamentais: o trabalho de Pierre Nora Texto: Pierre Nora. Entre memória e história: a problemática dos lugares. (https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101)

6º	Conceitos fundamentais: o trabalho de Alessandro Portelli Texto: 1) Alessandro Portelli. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. (http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf) 2) Alessandro Portelli . O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944). (http://www.gpmina.ufma.br/wp-content/uploads/2015/03/O-massacre-Portelli.pdf)
7º	Conceitos fundamentais: o trabalho de Michael Pollak Texto: 1) Michael Pollak. Memória, Esquecimento, Silencio. (http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf) 2) Michael Pollak. Memória e Identidade Social. (http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf)
8º	Noção de Biografia Texto: Pierre Bourdieu. A ilusão biográfica. (https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1185/mod_resource/content/1/Bourdieu%20-%20A%20Ilus%C3%A3o%20Bibliogr%C3%A1fica.pdf)
9º	História Oral e Ética da pesquisa Texto: 1) Luiz Fernando Dias Duarte. Práticas de poder, política científica e as ciências humanas e sociais: o caso da regulação da ética em pesquisa no Brasil. (http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=401) 2) Cléria Botelho da Costa A escuta do outro: os dilemas da interpretação. (http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=issue&op=view&path[]=34&path[]=showToc)
10º	Leis e normas da pesquisa em História Oral Texto: 1) RESOLUÇÃO N° 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. (http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf) 2) RESOLUÇÃO N° 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016 (http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf)

CONCEITOS

MEMÓRIA

MEMÓRIA COLETIVA

LUGARES DE MEMÓRIA

IDENTIDADE SOCIAL

ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA

BIOGRAFIA

TEXTOS FUNDAMENTAIS

Paul Thompson. História oral e contemporaneidade.

“[...] Ela [História Oral] é um método que sempre foi essencialmente interdisciplinar, um caminho cruzado entre sociólogos, antropólogos, historiadores, estudantes de literatura e cultura, e assim por diante. De fato, ao longo de minha vida de pesquisador, sempre observei como determinadas disciplinas podem ser transformadas por novos modos de pesquisa, e vejo como uma força crucial da história oral que ela permaneça como uma forma fundamental de interação humana que transcende essas fronteiras disciplinares.” (p. 10)

“[...] Creio que a melhor pesquisa de história de vida abrange tanto a compreensão e a interpretação das vidas individuais, quanto a análise das sociedades mais amplas. Em outras palavras, ela une, ao mesmo tempo, a evidência da pesquisa qualitativa e quantitativa. Minha própria prática tem sido esta: por exemplo, nossas “step-families” foram retiradas de uma amostra nacional, enquanto que para *The Edwardians* construímos nossa própria amostra nacional por cota.

Mas muitos pesquisadores sociais concentram-se exclusivamente em uma ou outra. Assim, por um lado, existem pesquisadores estatísticos usando surveys nacionais, que podem nunca ter realizado um trabalho de campo com entrevista em vinte anos; por outro, pesquisadores qualitativos envolvidos com uma dúzia de preciosas entrevistas que eles próprios realizaram, incapazes de tirar quaisquer conclusões prováveis, e portanto, levados a se restringir e realizar análises puramente narrativas, ou a uma reflexão pessoal sobre a relação de entrevista. A história oral que dispensa atenção à amostragem, ou melhor, que está vinculada a amostras de survey mais amplas, tem um importante potencial para preencher esse hiato, e assim fazendo, fortalecer ambos os tipos de pesquisa.” (pp. 13-4)

Pierre Nora. Entre memória e história: a problemática dos lugares.

“A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações” (p. XIX)

Alessandro Portelli.
**A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e
significado nas memórias e nas fontes orais.**

“O processo de transformação, o trabalho da consciência, manifesta-se na entrevista pelo fatigante trabalho da palavra. As interrupções, digressões, repetições, correções que caracterizam a narração de Máuri são procedimentos constitutivos da oralidade, graças aos quais o discurso oral se apresenta mais como um processo do que como um texto acabado. Estes procedimentos da oralidade põem em evidência o trabalho da palavra, da memória, da consciência. A dificuldade e a atenção com que Máuri põe em execução sua narração são a metáfora do fatigante trabalho da consciência através da qual o narrador se apropria, no transcurso de sua vida, dessa “seriedade operária” que ele reconheceu ou imaginara ao seu redor nesse dia na praça. As narrações de Douglass e de Máuri são, pois, histórias de construção da subjetividade pessoal através da interpretação da subjetividade dos demais e da dimensão subjetiva das realidades históricas: a relação entre os escravos e a hierarquia escravista, entre a classe operária e a guerra. Resta ainda perguntar em que medida estas narrativas constituem matéria não exclusivamente literária, mas histórica: ou seja, em que medida a subjetividade de seus narradores pode ajudar a delinear uma subjetividade mais ampla. Em outras palavras: em que medida Douglass e Ferruccio Máuri são representativos? Pois bem, quando falamos de textos, fica perfeitamente claro que representatividade não significa normalidade, nem significa média (uma representação mais qualitativa do que quantitativa se baseia fundamentalmente na exceção). A Divina Comédia de Dante Alighieri é um texto representativo do medieval italiano não porque constitua a expressão média dos notáveis florentinos do século XIV, mas porque, em sua capacidade de ser única, agrupa as possibilidades não expressas de toda a época. Neste sentido, por exemplo, Ralph Waldo Emerson definia como “homens representativos” figuras como Shakespeare ou Montaigne, Goethe ou Platão, e poderia muito bem haver incluído Frederick Douglass. Este, de fato, atuou politicamente como representante das massas afroamericanas durante e depois da escravidão, e sua autobiografia é hoje parte integrante do cânon literário e cultural dos Estados Unidos. Durante gerações, os afroamericanos têm dado o nome de Frederick Douglass a seus filhos, reconhecendo-o como um modelo, uma projeção elevada de si mesmos e do que desejavam ser.” (pp. 6-7)

Alessandro Portelli.

O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944).

“Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações.” (p. 8)

“Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernas, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história “social”); mas do mesmo modo que langue se opõe a parole, ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. Ela só se torna memória coletiva quando é abstraída e separada da individual: no mito e no folclore (uma história para muitas pessoas: o “bom alemão”), na delegação (uma pessoa para muitas histórias: Ida Balò), nas instituições (sujeitos abstratos escola, Igreja, Estado, partido que organizam memórias e rituais num todo diferente da soma de suas partes). Todos esses três tipos de memória são encontrados em Civitella; a pressão para não esquecer e para extrair memórias de um único grupo (o círculo fechado dos sobreviventes) materializa o “controle social” descrito por Cappelletto e Calamandrei como a pressão da memória “coletiva” sobre a “individual”. Quando compreendemos que “memória coletiva” nada tem a ver com memórias de indivíduos, não mais podemos descrevê-la como a expressão direta e espontânea de dor, luto, escândalo, mas como uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições. Não podemos continuar procurando oposições somente entre campos de memória, e sim também dentro deles. A brilhante definição, “memória dividida”, precisa ser ampliada e radicalizada para definir não só a dicotomia (e hierarquia implícita) entre a memória institucional da Resistência e a memória coletiva da comunidade, mas também a pluralidade fragmentada de diferentes memórias.” (p. 23)

Michael Pollak. Memória e Identidade Social.

“Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. De fato - e eu gostaria de remeter aí ao livro de Philippe Joutard sobre os camisards -, podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação. Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. Por exemplo, no caso da França, não é preciso ter vivido na época do general De Gaulle para senti-lo como um contemporâneo. Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela. Para a minha geração na Europa este é o caso da Segunda Guerra Mundial. Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. Aqui estou me referindo ao exemplo de certos europeus com origens nas colônias. A memória da África, seja dos Camarões ou do Congo, pode fazer parte da herança da família com tanta força que se transforma praticamente em sentimento de pertencimento. Outro exemplo seria o da segunda geração dos *pieds noirs* na França, que na verdade nem chegaram a nascer na Argélia, mas entre os quais a lembrança argelina foi mantida de tal maneira que o lugar se tornou formador da memória. Esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos. É o caso, na França, da confusão entre fatos ligados a uma ou outra guerra. A Primeira Guerra Mundial deixou marcas muito fortes em certas regiões, por causa do grande número de mortos. Ficou gravada a guerra que foi mais devastadora, e freqüentemente os mortos da Segunda Guerra foram assimilados aos da Primeira. Em certas regiões, as duas viraram uma só, quase que uma grande guerra.” (pp. 2-3)

Michael Pollak. Memória, Esquecimento, Silêncio.

“Em vários momentos, Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de "negociação" para conciliar memória coletiva e memórias individuais: "Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum." Esse reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno. Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados.⁶ A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.” (p. 2)

“A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emergja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples "montagem" ideológica, por definição precária e frágil.” (pp. 6-7)

“O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política,

o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Toda organização política, por exemplo - sindicato, partido etc. -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. Temos exemplos disso por ocasião de congressos de partidos em que ocorrem reorientações que produzem rachas, mas também por ocasião de uma volta reflexiva sobre o passado nacional, como a passagem, na França, de uma memória idealizante, que exagera o papel da Resistência, a uma visão mais realista que reconhece a importância da colaboração. Esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão. Esse papel existe também, embora de maneira menos claramente definida, nas associações de deportados ou de ex-combatentes. Pode-se perceber isso quando se aborda, no contexto de uma pesquisa de história oral, os responsáveis por tais associações. Em minha pesquisa sobre as sobreviventes do campo de Auschwitz-Birkenau, uma das responsáveis pela associação me disse, antes de me pôr em contato com algumas de suas companheiras: "O senhor deve compreender que nós nos consideramos um pouco como as guardiãs da verdade." Esse trabalho de controle da imagem da associação implica uma oposição forte entre o "subjetivo" e o "objetivo", entre a reconstrução de fatos e as reações e sentimentos pessoais. A escolha das testemunhas feita pelas responsáveis pela associação é percebida como tanto mais importante quanto a inevitável diversidade dos testemunhos corre sempre o risco de ser percebida como prova da inautenticidade de todos os fatos relatados. Dentro da preocupação com a imagem que a associação passa de si mesma e da história que é sua razão de ser, ou seja, a memória de seus deportados, é preciso portanto escolher testemunhas sóbrias e confiáveis aos olhos dos dirigentes, e evitar que "mitômanos que nós também temos" tomem publicamente a palavra". (p. 8)

Pierre Bourdieu. A ilusão biográfica.

“Sem pretender ser exaustivo, pode-se tentar extrair alguns pressupostos dessa teoria. Primeiramente, o fato de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma "intenção" subjetiva e objetiva, de um projeto: a noção sartriana de "projeto original" somente coloca de modo explícito o que está implícito nos “já”, “desde então”, “desde pequeno” etc. das biografias comuns ou nos “sempre” (“sempre gostei de música”) das “histórias de vida”. Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo. O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em seqüências ordenadas segundo relações inteligíveis. O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) tem de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência). Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito a causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (É provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória, que os investigados têm pelo empreendimento biográfico. Essa propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência, como as que implica a sua instituição como causas ou, com mais frequência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido.

Metodologia

Preparação:

- Estudo exaustivo sobre a história de vida do entrevistado (uso de fontes bibliográficas);
- Quando o entrevistado é o tema da pesquisa, buscar entrevistá-lo mais próximo ao final do trabalho (consultar bibliografia, pessoas conhecidas, colegas de profissão, familiares etc.);
- Preparação criteriosa das perguntas;
- Separar as perguntas por tema ou área (cronologia p.e.)

Condução:

- Evitar fazer a entrevista ao ar livre;
- Nunca interromper a pessoa entrevistada;
- Não existe “o entrevistado está fugindo do assunto”, “viajando” ou “saindo do tema” - tudo o que ela fala é importante!
- Nunca corrigi-la(o);
- As perguntas devem ser enxutas e diretas (e segundo o Mestre Ruy Castro “precisam ter acento de Interrogação ao final!”);
- Nunca ocultar ou omitir o real tema da entrevista ao entrevistado(a);
- Em nenhuma hipótese “apressar” o entrevistado(a);
- Nunca publicar ou citar a entrevista (em parte ou na íntegra) sem o consentimento do entrevistado(a).

Análise:

- Transcrição detalhada da entrevista;
- Uso dos conceitos;
- Sempre contextualizar a entrevista e a pessoa entrevistada (o uso de uma espécie de bloco de notas ou caderno de campo é sempre muito útil);
- É sempre importante relacionar a pessoa entrevistada com o meio em que ela vive, a rede de relações, condição social e econômica;
- Guiar a análise por um roteiro de temas.

CONSELHOS GERAIS:

- Gostar de Literatura;
- Ter prazer em interagir e aprender com outras pessoas;
- Ler Biografias;
- Encarar a pessoa entrevistada não como fonte de informação ou objeto de pesquisa, mas como sujeito de conhecimento.

ACERVOS DISPONÍVEIS NA INTERNET

- CPDOC/FGV

<https://cpdoc.fgv.br/acervo/historia-oral/entrevistas-para-download#tabs>

- MUSEU DA PESSOA

<https://museudapessoa.org/historias/>

- LABHOI-UFF

<http://www.labhoi.uff.br/narrativas/depoimentos>

PUBLICAÇÕES E EVENTOS

Revista História Oral

<https://revista.historiaoral.org.br/>

Encontros Nacionais da ABHO

https://www.historiaoral.org.br/conteudo/view?ID_CONTEU

[DO=547](#)

Bibliografia:

ALBERTI, Verena. Ouvir contar. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso. O Cervantes de Goiás. Nossa História, dez/2003, pp. 28-33.

ARAÚJO, Maria Paula & FERNANDES, Tânia Maria. O diálogo da História Oral com a historiografia contemporânea. Em: C.M.R.Viscardi e L.A.N. Delgado (orgs.) História Oral: teoria, educação e sociedade. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

BARROS, José D'Assumpção. O campo da História. Especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê, 2003.

CASTRO, Ruy. Chega de Saudade: A História e as Histórias da Bossa Nova - 1990.

_____. O Anjo Pornográfico: A vida de Nelson Rodrigues, 1992.

_____. Estrela Solitária - Um Brasileiro Chamado Garrincha, 1995.

_____. Carmen - Uma Biografia, 2005.

_____. “Segundas Intenções com Ruy Castro”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jkWkxe5JXAI&t=258s>.

_____. “Palestra de Ruy Castro”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ee_ahUrr2jE&t=2408s.

COUTINHO, Eduardo. O cinema-documentário e a escrita sensível da alteridade. Projeto História, nr. 15, pp. 165-191.

FERRARINI, Pâmela Pitágoras Freitas Lima; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha.

O conceito de memória na obra freudiana: breves explanações. Est. Inter. Psicol. [online]. 2014, vol.5, n.1, pp. 109-118. ISSN 2236-6407.

FERREIRA, M.M. et al. (orgs.) História Oral – desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/CPDOC, 2000.

GOMES, Marcela Lopes. Memória Cultural e Educação Escolar: um exame a partir da teoria do Círculo de Bakhtin, Volochínov e Medvedev. Araraquara, Tese (Doutorado em Educação Escolar) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2016.

- PATAI, Daphne. História oral, feminismo e política. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PERELMUTTER, Daisy. A História Oral e a trama sensível da subjetividade. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. A história Oral como gênero. Projeto História, nr. 22, jun/2001, pp. 9-36.
- PORTELLI, Alessandro. Ensaios de História Oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PORTELLI, Alessandro. História oral italiana: raízes de um paradoxo. Tempos Históricos, vol. 12, segundo semestre/2008.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): mito, política e senso comum. Em: M.M.Ferreira e J. Amado (orgs.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. Projeto História, nr. 14, fev/1997, pp. 25-39.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História, nr. 15, abr/1997, pp. 13-49.
- RODRIGUES, Heliana de Barros Conde Rodrigues; PENZIM, Adriana Maria Brandão. Cronos, Kairós, Aión. Temporalidades de uma visita de Michel Foucault a Belo Horizonte. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, vol. 3, nr. 6, pp. 1-16.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 2, N o 3, p. 3-15, 1989.
- _____. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 10, 1992.
- RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. No rastro dos “cavalos do diabo”. Memória e história para uma reinvenção do paradigma do grupalismo-institucionalismo no Brasil. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da USP, 2002.
- RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. O zero e o infinito. Considerações sobre o método biográfico em pesquisa histórica. Boletim do CDPHA, nr. 17, 2004.
- ROLLEMBERG, D. Exílio. Entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SALLES, João Moreira. O homem que escutava (posfácio). Em: Joseph Mitchell. O segredo de Joe Gould. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 139-157.
- THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. Em: M.M.Ferreira e J. Amado (orgs.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

